

REPORTAGEM ESPECIAL

Startups transformam pesquisas em negócios concretos para o Estado

Nem todo investimento em saúde aparece em obras, equipamentos ou novos leitos. Parte dele acontece antes, em um espaço menos visível, onde pesquisa, tecnologia e mercado passam a caminhar juntos — e onde começa a surgir uma nova frente de desenvolvimento.

No Rio Grande do Sul, essa articulação ganha forma dentro de um conjunto que reúne universidades, hospitais, startups e investidores. Mais do que inovação, trata-se de um ambiente que transforma conhecimento em atividade econômica e amplia o papel da saúde para além do atendimento.

No Tecnopuc - um dos principais parques científicos do País - essa dinâmica se materializa em números. São mais de 300 organizações instaladas, com cerca de 6,5 mil pessoas circulando semanalmente em uma área de 90 mil metros quadrados. Desse total, 120 são startups — e uma parte significativa atua na área da saúde, sinalizando onde está parte do crescimento.

“Quando se observa esse conjunto de atores, fica evidente que há uma estrutura organizada de inovação em saúde no Estado”, afirma o professor Rafael Baptista, coordenador do Biohub no Tecnopuc. Para ele, o diferencial está na forma como esses agentes se conectam.

Essa aproximação não acontece de forma espontânea. O Biohub atua justamente na ligação entre pesquisa, hospitais e empresas, criando condições para que ideias saiam do laboratório e encontrem aplicação prática. “Quando pesquisam, hospi-

tais e empresas se conectam e o resultado é a geração efetiva de negócios”, afirma o professor.

Hoje, quatro instituições de saúde integram diretamente essa estrutura: Hospital São Lucas da Pucrs, Rede de Saúde da Divina Providência, Hospital Ernesto Dornelles e Casa Menino Jesus de Praga. A presença desses parceiros permite testar soluções dentro da rotina hospitalar, encurtando o caminho entre desenvolvimento e uso.

Um dos mecanismos utilizados são os programas de prova de conceito. Neles, hospitais apresentam problemas reais e as startups desenvolvem soluções a partir dos desafios. As iniciativas passam por testes e, quando funcionam, são incorporadas à operação. Em alguns casos, mais de uma instituição adota a mesma solução, o que confere maior alcance e viabilidade comercial.

Esse processo também reduz riscos. Antes de investir em larga escala, hospitais conseguem testar tecnologias em ambiente real, enquanto as startups validam seus produtos e aumentam as chances de inserção no mercado. O resultado aparece na velocidade com que soluções deixam de ser apenas projetos e passam a integrar a rotina dos serviços.

Há exemplos concretos desse movimento. A SysQualis - startup membro do Biohub - desenvolveu um sistema que integra dados de pacientes entre diferentes hospitais, conectando exames, consultas e histórico clínico. O resultado, segundo Baptista, aparece na prática. São menos repetição de exames, mais precisão na tomada de decisão e redução de gastos desnecessários.

Em outra frente, a TWD Medical estruturou um modelo de telemedicina voltado a exames

cardiológicos em municípios do interior. Os dados são coletados localmente e enviados para análise em Porto Alegre, ampliando o acesso a diagnósticos especializados sem exigir deslocamento — o que melhora a organização da rede e reduz custos.

Além do impacto assistencial, há um efeito econômico direto, conforme analisa Baptista. Soluções que ganham escala deixam de ser iniciativas pontuais e passam a gerar receita, atrair investimento e abrir espaço para novos modelos de negócios dentro da saúde, um setor que historicamente operava com menor integração entre pesquisa e mercado.

No entanto, mesmo com avanços, ainda há limites. “Outros estados contam com maior volume de recursos e incentivos. O Rio Grande do Sul perde nesses aspectos, mas se destaca pela organização”, afirma Baptista.

Nesse cenário, as universidades seguem como base. É nelas que estão os pesquisadores, os laboratórios e o conhecimento que sustenta as chamadas deep techs - empresas que operam na fronteira científica e exigem mais tempo e investimento até chegar ao mercado. Na saúde, isso envolve desde novos medicamentos até pesquisas com células-tronco, processos que dependem de validação rigorosa.

Esse tipo de iniciativa exige capital e paciência. Diferentemente de soluções mais rápidas, que chegam ao mercado em ciclos curtos, projetos baseados em pesquisa avançada percorrem etapas mais longas até se consolidar. Quando avançam, no entanto, tendem a ocupar posições estratégicas e a gerar maior valor agregado. Aos poucos, o que se consolida no Estado é uma nova dimensão dentro da saúde.



Tecnopuc, que recebe cerca de 6,5 mil pessoas a cada semana, abriga um número relevante de empresas emergentes do segmento

Equilíbrio financeiro desafia expansão dos serviços no Rio Grande do Sul

A saúde movimenta cifras altas, mas o que sustenta esse volume nem sempre aparece. Por trás dos investimentos, existe um sistema que precisa se equilibrar todos os dias para continuar funcionando.

Desde 2019, o governo do Rio Grande do Sul destinou mais de R\$ 31 bilhões à área. Parte desse valor mantém a rede em operação, parte amplia serviços e atualiza estruturas. O número é expressivo,

mas não resolve a equação.

E o limite aparece quando a conta não fecha. Em 2023, o Estado registrou déficit superior a R\$ 330 milhões no financiamento de procedimentos de média e alta complexidade do SUS. Na prática, isso significa que uma parcela dos custos fica fora do repasse federal e precisa ser absorvida dentro da própria rede.

O descompasso não fica restrito ao orçamento. Ele chega à operação. Hospitais reorganizam

serviços, ajustam estruturas e passam a decidir não apenas com base nas demandas, mas também na capacidade de financiar cada atendimento.

Essa dinâmica ajuda a entender por que a saúde deixou de ser observada apenas pelo que entrega na ponta. Em artigo publicado, o economista Giacomo Balbinotto Neto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), aponta que o setor opera sob uma restrição perma-

nente de recursos, em que cada escolha carrega um custo.

Quando se amplia o olhar, o peso do segmento ganha outra dimensão. No Brasil, os bens e serviços ligados à saúde representam cerca de 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda que não exista um recorte consolidado específico para o Estado, a estrutura gaúcha — com rede hospitalar ampla, presença da iniciativa pri-

vada, investimento público contínuo e um ambiente ativo de inovação — indica uma participação relevante dentro desse conjunto.

Mais do que o volume investido, o ponto está na sustentação. A saúde cresce, incorpora tecnologia e novos serviços, mas carrega um desafio constante: financiar esse avanço sem comprometer o próprio funcionamento. No fim, não é apenas uma questão de expansão. É uma conta que precisa fechar todos os dias.